RELATÓRIO DE SITUAÇÃO - 2010

BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO TIETÊ



Novembro de 2010.

1. Introdução

O Relatório de Situação dos Recursos Hídricos está previsto no §19 da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991. Deve ser elaborado para cada uma das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado com o objetivo de avaliar a eficácia do Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos Planos de Bacias Hidrográficas.

A construção do Relatório de Situação para o ano de 2010 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê (**CBH-BT**) teve a coordenação da Secretaria Executiva do Comitê e participação dos técnicos da CRHi e de membros da Câmara Técnica de Planejamento e outras pessoas convidadas da sociedade civil.

Este Relatório de Situação está baseado na análise de 65 parâmetros, distribuídos em 28 indicadores, 13 variáveis e 4 grandes temas – sendo elaborado de forma sucinta conforme orientação da CRHi. Para nortear os trabalhos foram enviados os arquivos com dados, gráficos e tabelas pela CRHi.

Estas informações foram apresentadas em uma curta, mas relevante, série histórica de dados, que abrange os anos de 2007, 2008 e 2009, principalmente. Mantida esta tática, espera-se que, num futuro próximo, seja possível visualizar mais nitidamente alterações (positivas ou negativas) nos parâmetros constituintes dos Relatórios de Situação do Estado, como um todo.

Convém mencionar que as modificações quantitativas e qualitativas propostas para os indicadores que constituirão o Relatório deste ano, assim como uma intercalação anual entre tipos de Relatório (simples ou completo) é uma estratégia acertada, o que mostra uma adequação à realidade vivida pelos Comitês do Estado de SP.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA BACIA

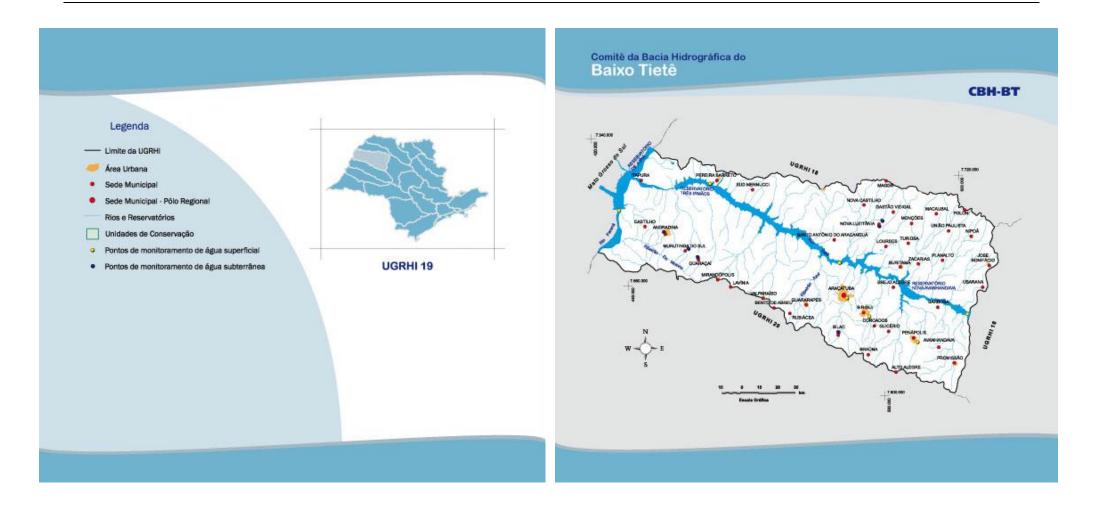


Fig. 1: Mapas ilustrativos da UGRHI 19 – Baixo Tietê.

Informações gerais

Área	15.588,00 km ² (PERH 2004/2007)
Municípios	Alto Alegre, Andradina, Araçatuba, Avanhandava, Barbosa, Bento de Abreu, Bilac, Birigui, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Castilho, Coroados, Gastão Vidigal, Glicério, Guaraçaí, Guararapes, Itapura, José Bonifácio, Lavínia, Lourdes, Macaubal, Magda, Mirandópolis, Monções, Murutinga do Sul, Nipoã, Nova Castilho, Nova Luzitânia, Penápolis, Pereira Barreto, Planalto, Poloni, Promissão, Rubiácea, Santo Antônio do Aracanguá, Sud Mennucci, Turiúba, Ubarana, União Paulista, Valparaíso e Zacarias.
População	743.489 habitantes. (SEADE, 2009)
Principais Rios	Rio Tietê (desde a barragem da UHE de Promissão, até sua foz no Rio Paraná); Rio Paraná (desde a barragem de Ilha Solteira até Ilha Comprida); Rio Água Fria; Rio das Oficinas; Ribeirão Santa Bárbara; Ribeirão dos Ferreiros; Ribeirão Mato Grosso; Rio dos Patos; Ribeirão Lajeado; Córrego dos Baixotes e Ribeirão Baguaçu.

Principais Reservatórios

Usina Três Irmãos, Usina Nova Avanhandava e Usina Mário L. Leão (Obs. reservatórios integrantes da Hidrovia Tietê-Paraná).

A agropecuária é a base da economia regional. Inicialmente, o que era o principal centro estadual de comercialização de bovinos, agora vem se configurando como fronteira de expansão do cultivo de cana-de-açúcar no Estado (produção de álcool hidratado para fins carburantes).

Perfil Econômico

O avanço da cultura da cana de açúcar, sobre as áreas de pastagens e de culturas anuais, nos últimos anos tem sido impulsionado por programas de incentivo ao uso de biocombustíveis, levando à instalação de várias usinas de destilarias de álcool. A área de cultivo passou de 176.541,90 ha. (LUPA 95/96) para 410.496,00 ha. (INPE 2007). Essa alteração no uso e ocupação do solo rural da região tem impacto direto nos recursos hídricos, proporcionado um aumento da demanda de uso de água (para atividade industrial e de irrigação).

Quanto às atividades industriais, a agroindústria é o segmento mais representativo, destacandose as indústrias do setor sucro-alcooleiro, frigoríficas, calçadista, de massas e polpas de frutas, de processamento de leite em pó, de curtimento de couro, de desidratação de ovos, dentre outras, concentradas, particularmente,

	nas cidades de Araçatuba, Birigui, Penápolis e Andradina.
Perfil Social	A taxa de crescimento geométrico da população da região (0,92%) é menor do que a taxa de crescimento do Estado de São Paulo (1,33%) (2000-2009). A região não possui população flutuante significativa, nos moldes conhecidos (turistas), mas sim uma população de trabalhadores braçais para o corte de cana de açúcar, que anualmente migram dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Maranhão, dentre outros, e que aqui permanecem no período de safra (durante seis a oito meses).
Biodiversidade	A área florestal remanescente (a terceira menor do Estado), de diversas categorias fisionômicas, está totalmente fragmentada e isolada, sendo representada, na maior parte, pela capoeira, categoria de vegetação que indica a degradação da mata primitiva original. Existem na região diversas espécies da fauna ameaçadas de extinção ou vulneráveis. Na região de influência do CBH-BT, temos a Reserva Biológica (RB) de Andradina, a Reserva Indígena (RI) Icatu e parte da área do Parque Estadual (PE) do Aguapeí, áreas legalmente reconhecidas pelo SNUC.

3. Análise dos indicadores:

_RS 2010 - BT 19.xls

5. Conclusões

No período em questão, os aspectos populacionais não se modificaram significativamente. As atividades do terceiro setor estão em crescimento. Convém mencionar que, quanto ao IPRS, de 2004 a 2006 ocorreu migração de municípios do G3 para o G4.

A demanda de recursos hídricos, no período em questão, foi notadamente incrementada em cerca de 70%. Provavelmente, parte do incremento da demanda de usos d'água é reflexo da regularização e legalização dos usos destes (outorgas). De qualquer forma, medidas para fomentar o uso racional da água e evitar desperdícios devem ser incentivadas.

Ocorreu um aumento de cerca de 1,5% na geração de resíduos sólidos domiciliares, porém sua correta disponibilização também está em crescimento. Por outro lado, ocorreu um decréscimo de 12% na carga de DBO remanescente, o que indica que os investimentos em ETE's surtiram efeitos desejados e devem ser mantidos – e aumentados.

Os parâmetros associados à qualidade das águas, que estão em situação boa, requerem atenção devido a uma tendência leve de queda. Deve-se aumentar o número de pontos de monitoramento das variáveis limnológicas, tanto no rio Tietê quanto em seus afluentes. A disponibilidade de água, de um modo geral, pode ser considerada satisfatória.

Convém mencionar que o Índice de Abastecimento não reflete a realidade da bacia, pois a fonte de dados depende da informação municipal, que é imprecisa ou ausente. Apesar destes parâmetros se situarem em valores de referência considerados bons, as demandas estão em ascensão. A implantação de medidas de uso racional dos recursos hídricos deve ser o foco da gestão futura nesta bacia, bem como há necessidade de aumento da disponibilidade de água através da proteção dos recursos hídricos.

A prevenção e o controle da poluição dos corpos hídricos na bacia exibiram um aumento. Os investimentos nesta área, porém, devem ser continuados para que a melhora seja ampliada. Um aumento qualitativo e quantitativo na rede de monitoramento dos indicadores relacionados diretamente aos aspectos das águas da bacia deve ser o foco na gestão.

De um modo geral, a situação dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê pode ser considerada *satisfatória*. Porém, há que se manter atento para o aumento da pressão nos recursos hídricos, o que poderá ocasionar, em médio prazo, uma piora significativa da situação. Investimentos continuados na racionalização da utilização dos recursos hídricos e no tratamento de efluentes da bacia devem ser aumentados – o que só será possível com a efetivação da cobrança pelo uso destes recursos na bacia.

É pertinente mencionar que melhoras significativas devem ser alcançadas a montante da bacia do Baixo Tietê, pois poderá ser inútil a busca por melhorias em nossa bacia se entradas deletérias neste sistema persistirem.